



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A PESCADORES ARTESANAIS NO LITORAL NORTE, BRASIL

Sebastião Rodrigues da Silva Junior¹

Resumo

O presente trabalho se propôs a analisar os impactos socioambientais do financiamento concedido aos pescadores artesanais do município de Bragança/Pará, com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO). Em Bragança, a atividade pesqueira responde por grande parte da economia do município, representada tanto pela pesca industrial com pela pesca artesanal, no entanto, sua maior expressividade está na captura artesanal. A área em estudo localiza-se no litoral norte brasileiro, nas reentrâncias do Pará e do Maranhão, caracterizada por clima quente e vegetação dominada por manguezal. O trabalho de campo desenvolveu-se com o levantamento de informações junto ao agente financiador, Banco da Amazônia e Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança, no período de abril a dezembro de 2005. Foram entrevistados 38 de um total de 192 pescadores financiados. Observou-se que: os pescadores beneficiados visualizavam o financiamento como auxílio a sua condição, contudo este não correspondeu às expectativas; aumentaram sua capacidade de produção com a obtenção da embarcação motorizada, porém tal fato não significou um aumento na renda familiar a médio prazo; o número de embarcações aumentou, mas não acarretou um aumento sustentável na produção pesqueira. Conclui-se que este financiamento teve seus limites, que levaram ao insucesso, em relação aos objetivos do FNO, como fundo de desenvolvimento local e regional.

Recebimento: 23/3/2015 • Aceite: 7/4/2015

¹ Doutor em Ciências Sociais (UFPA). Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), Bragança, PA, Brasil. E-mail: sebast@ufpa.br

Palavras-chave: Pesca; Fundo Constitucional do Norte; Bragança

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE FINANCING GRANTED TO ARTISANAL FISHERMEN ON THE NORTH COAST, BRAZIL

Abstract

This paper aims to analyze the social and environmental impacts of funds to artisanal fishermen in the city of Bragança/Pará, with resources from the Constitutional Fund (FNO). In Bragança, the fishery corresponds to the biggest part of the city's economy, represented both by industrial fishing and by artisanal fisheries. However, its greatest expression is in artisanal catch. The study area is located in the Brazilian north coast, in the recesses of Pará and Maranhão, characterized by warm weather and vegetation dominated by mangrove. The field work was developed with the collection of information by the financial agent, Banco da Amazônia and the Union of Fishermen of Bragança from April to December 2005. We interviewed 38 of a total of 192 funded fishermen. It was observed that: the assisted fishermen visualized the funding as an aid to their condition, but it does not live up to their expectations; increased its production capacity with the acquisition of motorized craft, but this fact did not mean an increase in familiar medium-term income; the number of fishing boats increased, but did not lead to a sustainable increase in fish production. We conclude that this funding had its limits, leading to failure in relation to the objectives of FNO, as local and regional development fund.

Keywords: Fishing; North Constitutional Fund; Bragança

Introdução

No litoral nordeste paraense, a pesca constituiu-se como a principal atividade econômica para as famílias de pescadores artesanais, que tinham na captura dos recursos pesqueiros, peixes, caranguejos, camarões, mexilhões, entre outros, uma garantia de reprodução social, assim como a possibilidade de explorar comercialmente esses recursos. Em Bragança o setor pesqueiro, representado tanto pela pesca industrial como pela pesca artesanal, fez do município o terceiro porto de desembarque pesqueiro do Pará (SILVA, 2004). Existiam entre os anos de 2001 a 2006, (época da pesquisa), cinco fábricas de gelo no município, o que possibilitava um melhor aproveitamento do pescado para comercialização dentro e fora do município (BRAGA, 2002).

Em relação à infraestrutura pesqueira, o município contava com uma frota distribuída, entre canoas motorizadas, barcos de pequeno e médio porte e barcos industriais. As artes de pesca mais utilizadas pela pesca de pequena escala eram armadilhas, linha e rede (ESPÍRITO SANTO, 2002). Na pesca industrial, eram utilizados espinhel com bicicleta, linha e anzol com caíco, redes malhadeiras, lagosteira, serreira (BRAGA, 2002).

As espécies capturadas dependiam da sazonalidade, do local e do esforço de pesca efetivado. No entanto, as mais capturadas pela pesca artesanal eram: *Macrondonancydon* (pescada gô), *Scomberomorus brasiliensis* (serra), *Bagre bagre* (bandeirado), *Cynoscionacoupa* (pescada amarela) (ESPÍRITO SANTO, 2002). A pesca industrial tinha como principais espécies-alvos o *Lutjanuspurpureus* (pargo), *Scomberomorus brasiliensis* (serra), *Cynoscionacoupa* (pescada amarela), elasmobranquios (tubarão e arraias), (BRAGA, 2002).

Diante desse contexto, optou-se por desenvolver um estudo sobre o financiamento concedido para pescadores artesanais com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Norte - FNO.

O FNO foi criado pela Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentando o artigo 159 da Constituição Federal de 1988. Os recursos do fundo eram oriundos do Orçamento Geral da União que, anualmente, disponibilizava 1,5% de recursos para aplicação no FNO.

O FNO tem atuação em toda região Norte, por meio do Banco da Amazônia - BASA, com sede em Belém e demais agências espalhadas nos estados dessa região. As taxas de juros variavam de 6 a 10,75% para produtores rurais e de 8,75 a 14% para as demais operações. A Lei 10.177 de 12/01/2001, modificou a Lei 7.827 com a redução dos juros e

a fixação dos mesmos, contemplando com o bônus de adimplência com cerca de 15% ao beneficiário em dia com o pagamento.

O FNO apresentava como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região Norte. As metas do FNO eram: i) garantir maior eficácia na aplicação dos recursos, de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos; ii) gerar novos postos de trabalho; iii) elevar a arrecadação tributária e iv) melhorar a distribuição de renda (BRASIL, 2006).

No que diz respeito aos beneficiários, o FNO:

prima pelo atendimento aos setores produtivos com atendimento preferencial para mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e que utilizem matéria-prima e mão-de-obra locais e produção de alimentos básicos para a população. Leva em conta ainda a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, este estudo se propôs a analisar os impactos socioambientais do financiamento concedido aos pescadores artesanais da região bragantina, com recursos do FNO, na segunda metade da década de 90, visando uma melhor compreensão dos aspectos que envolveram a execução e a abrangência desse financiamento.

Metodologia

O estudo desenvolveu-se no município de Bragança, localizado na região nordeste do estado do Pará, cuja população era de 93.779 habitantes, sendo 56.572 na zona urbana e 37.207 na zona rural (IBGE, 2001)². A economia baseava-se no setor primário: uma agricultura representada pelo cultivo de roçados de subsistência, mandioca, feijão, milho, arroz, entre outros; a agropecuária, representada por pequenos, médios e grandes proprietários por meio do cultivo do feijão caupi e da criação extensiva de gado.

Para avaliar os impactos socioambientais do FNO, buscou-se a caracterização desse programa, identificando seus beneficiários. O período analisado compreendeu os anos de 1996 a 2000, quando foram realizadas as operações de créditos do referido financiamento pelo Banco da Amazônia.

² Segundo o órgão a estimativa para 2006 é de 103 mil habitantes.

Inicialmente, realizou-se um levantamento da literatura científica do tema em questão no banco de dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, da Biblioteca da Universidade Federal do Pará - UFPA, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, do Museu Paraense Emílio Góeldi e das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental-PPBA. Esse levantamento foi importante para verificar a abordagem acadêmica do tema em questão.

Posteriormente, realizou-se um levantamento junto ao órgão financiador, o Banco da Amazônia, no qual procurou-se identificar os seguintes questionamentos: Que linhas de financiamento foram implementadas para a pesca artesanal no município de Bragança? Qual o montante destinado ao financiamento e qual o valor financiado? Qual o índice de adimplência e inadimplência? Quantos e quem foram os beneficiados? Tais questionamentos permitiram compreender o processo que envolveu a liberação de recursos públicos.

A seleção dos informantes a serem entrevistados deu-se a partir de informações colhidas junto à agência local do Banco da Amazônia e ao Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança. De 237 financiamentos realizados na região, Bragança recebeu 192, ou seja, 81% do total. Nesse sentido, optou-se por analisar apenas esse município por apresentar um maior número de operações de crédito. Foram entrevistados 38 pescadores beneficiados, utilizando-se para isso um formulário semiestruturado. Nesse formulário, foram colhidas informações sobre o perfil socioeconômico, as artes de pesca utilizadas, a produção pesqueira, o tempo de atividade, assim como a opinião do pescador em relação ao financiamento realizado. Esse procedimento foi realizado entre os meses de abril a dezembro de 2005.

Na identificação do público-alvo desta pesquisa, inicialmente, foi entrevistado também o presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança que indicou as associações beneficiadas. Em seguida, foram entrevistados os presidentes dessas associações e, posteriormente, outros associados, contemplando um total de oito entre dez organizações beneficiadas.

A identificação dos impactos socioambientais oriundos do financiamento do FNO baseou-se: i) na análise da criação e do funcionamento das associações e cooperativas, formadas durante o período estudado, onde se buscou identificar as principais consequências na vida dos pescadores após o financiamento; ii) na análise das melhorias econômicas que o financiamento tinha proporcionado aos pescadores (aumento de empregos, maior poder de

captura) ou mesmo o nível de inadimplência; iii) na análise do aumento do esforço de pesca e as consequências desse aumento nos estoques pesqueiros. Essa análise se pautou nos dados da estatística pesqueira do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte –CEPNOR/IBAMA (IBAMA, 2007) dos anos de 1996 a 2004, e pelos depoimentos dos pescadores entrevistados. Em relação ao esforço de pesca, considerou-se o número de embarcações que atuavam no município de Bragança.

Resultados

O FNO Em Bragança

No município de Bragança, o banco responsável pelo financiamento do FNO era o Banco da Amazônia, que atendia os municípios de Bragança, Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu. De acordo com dados do banco, no período de 1996 a 2000, foram realizadas 237 operações de crédito destinadas à pesca artesanal. Destas, 192 foram de Bragança, totalizando cerca de R\$2.460.000 de crédito, com uma média de R\$14.600,00 por operação. Do total de operações realizadas no município de Bragança, apenas 1,2% são consideradas adimplentes. Cerca de 98,8% são considerados inadimplentes. Do montante financiado, nesse período, cerca de 86,1% das operações destinaram-se à aquisição de embarcações e de apetrechos de pesca, 13,5% para reforma de embarcações e apenas 0,41% para apetrechos.

Segundo informações colhidas junto ao Banco da Amazônia, o prazo de pagamento do financiamento era de oito anos, com juros de 4% ao ano. O pagamento da primeira prestação era efetuado 60 dias após a primeira viagem. O valor pago mensalmente variava entre R\$200,00 a R\$300,00. No período de janeiro a março, durante o defeso, as prestações não eram cobradas.

A tabela 1 mostra como os recursos obtidos do FNO foram empregados. Cerca de 95% destinavam-se à aquisição de produtos e serviços e 5% empregado em serviços de terceiros (entralhe de redes). O cronograma de desembolso de pagamento da rubrica de produtos e serviços era feito diretamente à empresa fornecedora. O montante referente à mão-de-obra de entralhe era destinado ao pescador.

Tabela 1: Distribuição dos recursos financeiros do FNO no município de Bragança

ITEM	%	Valor (R\$)
Produtos e equipamentos		
Embarcação	37	5.402,00
Motor	29	4.234,00
Rede e apetrechos	26	3.796,00
Equipamentos de segurança e navegação	3	438,00
Serviços		
Mão-de-obra (entralhe)	5	730,00
TOTAL	100	14.600,00

Fonte: Elaborado a partir de BRASIL (2006).

O perfil socioeconômico do beneficiário do FNO

Os beneficiários pelo FNO são pescadores há mais de vinte anos, cujo ofício foi ensinado pelos pais, quando criança. A faixa etária dos beneficiados variou de 20 a 70 anos, com média de 50 anos.

Cerca de 92% dos pescadores beneficiados pelo FNO possuíam o ensino fundamental incompleto (até a 4ª série). A maioria dos beneficiados possuía casa própria, sendo 84% de alvenaria e 16% de madeira. A composição familiar era superior a cinco pessoas.

Os pescadores beneficiados possuíam aparelho de televisão, no entanto, um número menor possuíam antena parabólica e rádio. Já em relação aos utensílios de cozinha, verificou-se que a maioria possuía fogão, 84,21% possuíam geladeira e apenas 34,21% possuíam liquidificador.

A pesquisa revelou ainda que a maioria dos pescadores (74%) tinha na pesca sua principal atividade econômica. Embora tivesse um número de pescadores/comerciantes, assim como os que eram tiradores de caranguejo e os que eram funcionários públicos.

Durante as pescarias, cada pescador trabalhava com cerca de três ou quatro companheiros. A arte de pesca mais utilizada era a rede malhadeira. A quantidade de peixe capturado por viagem variava entre 100 e 500 kg. Somente 3% dos entrevistados obtinham uma produção acima de 1.000 kg por viagem. A renda mensal dos pescadores variou de R\$350,00 a R\$700,00.

Em relação ao financiamento obtido, a maioria (53%) dos pescadores havia pago até 25% da mesma e apenas 13% pagaram entre 50% e 100% (Tabela 2).

Tabela 2: Percentual de pagamento da dívida do financiamento do FNO.

Pagamento da dívida (%)	Número de Pescadores		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Acumulada (%)
0-25	20	53	53
25-50	13	34	87
50-100	5	13	100

Segundo os pescadores, as principais causas da inadimplência foram a diminuição da captura de pescado e problemas operacionais que a embarcação apresentou. Alguns pescadores enfatizavam o fato de que os motores eram de baixa potência para a capacidade do barco e “quebravam” com facilidade. Os juros elevados do financiamento também foram considerados como causa de inadimplência para cerca de 10% dos entrevistados.

Percepção do beneficiário do FNO em relação à atividade pesqueira e ao financiamento

Para os entrevistados, a atividade pesqueira poderia ser conceituada como:

Eu acho uma profissão boa. Gosto muito da pesca, vai e vem, saber da hora da maré, quando a gente vai pra ir rápido, vai de manhã e vem na enchente, é aqui perto mesmo. Quando a gente coloca gelo, 1.000 kg de gelo, a gente, aí já fica mais à vontade, e passa 5 dias (Pescador A).

Ah é um orgulho, é uma honra, pescador é um guerreiro, é um leão do mar, mas muito deles não dá valor, muitos dele não sabe a potência que eles tem. A gente sofre muito no mar, mas é gostoso, poder receber aquela brisa, poder comer aquele peixe natural, mas também sofre muito, depois que caba de puxar a rede aí vai descansar [...] (Pescador B).

Era uma profissão que eu pensava que era boa assim, como nós tamo aqui, o senhor sabe? Mas é uma vida complicada, não é assim que você chega, você tá aqui em cima da terra e tá tudo bem, não. A vida de pescador é uma vida muito complicada muito arriscada, a gente pra ser um pescador não é assim chegar e, vai hoje pra maré e se acostuma assim não, bota tempo (Pescador D).

Percebeu-se que esses pescadores consideraram a profissão boa. Destacaram o prazer, a liberdade, a sensação de estar no mar, embora destacassem também as dificuldades encontradas no cotidiano do mar devidos aos riscos que a atividade apresenta.

Segundo os entrevistados, após a obtenção do financiamento, ocorreram algumas melhorias na atividade pesqueira. A aquisição da própria embarcação foi uma mudança positiva que ocorreu para 52% dos pescadores entrevistados. Essa opinião é reforçada pelos seguintes depoimentos:

Melhorou de toda maneira, primeiro é que a gente ia pescar de canoa à vela. Aí quando o vento tava muito forte era ruim, quando num tinha vento a gente num ia (Pescador C).

Logo no começo melhorou bastante, por que eu não tinha rede, não tinha barco, eu trabalhava eu e mais 3 irmãos, melhorou pra gente, por que a gente não tinha rede, só tinha uma canoinha, aí dava pra ir mais longe pegar o peixe (Pescador A).

Esses depoimentos destacam o uso da tecnologia como elemento facilitador para atividade que exercem. A aquisição da embarcação contribuiu para auferir melhor proveito na atividade. No entanto, para esses quatro entrevistados abaixo a qualidade do material adquirido não correspondeu às expectativas, dificultando o trabalho, levando ao desânimo, à descrença no financiamento que haviam feito.

Melhorou nos negócio assim quando tava correndo, a rede tava boa e tudo, a gente tava trabalhando e tudo bom aí melhorou, mas só que a rede foro apodrecendo, a gente não remendou mais, não teve condição de comprar o tipo de rede, aí pronto decadência né (Pescador B).

Melhorou no início por que tinha condição, depois do 3º ano piorou (Pescador G).

Não melhorou por que o barco não correspondeu à expectativa (Pescador I).

Não melhorou por que fiquei devendo (Pescador H).

Em relação às mudanças na qualidade de vida, poderia se destacar os seguintes depoimentos:

No período que eu tava com o barco, trabalhando, que era eu mesmo que tava com ele, aí tava melhor, a situação melhorou. Deu, não deu pra adquirir muito, mas gente passava mais folgado, mais tranquilo, alguma coisa que a gente queira comprar a gente comprava (Pescador C).

Melhorou por que os filhos têm trabalho (Pescador M).

Prá mim foi uma melhora na minha vida (Pescador A).

Bom pela obtenção da embarcação (Pescador O).

Observa-se que para esses pescadores, o financiamento foi importante, pois conseguiram uma embarcação, trabalho para os filhos e conseqüentemente melhorias em sua vida. No entanto, para os abaixo citados, o financiamento só trouxe problemas ou aumentou o que já tinham, fazendo com que visualizassem o crédito como algo negativo.

Você sabe que pra mim, eu dizer pro senhor que pra mim não melhorou nada, Deus me perdoe, foi, eu tive muito foi prejuízo tá entendendo (Pescador D).

Pensei que era tábua de salvação, mas foi de perdição (Pescador J).

Piorou pois fiquei endividado (Pescador F).

Só piorou a nossa situação (Pescador L).

Eu creio que se pudesse ter um financiamento sério assim que nem vamos dizer a prestação, tipo um carnê todo fim de mês e tal se eles tivesse feito um negócio assim tinha dado certo, mas o negócio é que eles fizeram um negócio assim não deram um acompanhamento (Pescador B).

Nesse sentido, percebeu-se que o financiamento foi um processo que inicialmente ajudou a melhorar a vida desses pescadores. No entanto, com o passar do tempo, os problemas com a manutenção da embarcação e do motor fizeram com que os pescadores ficassem descontentes em relação ao financiamento obtido. O curto tempo de vida útil do apetrecho de pesca, a rede de emalhar, também contribuiu para o descontentamento final.

Impactos socioambientais

Das organizações que obtiveram o financiamento, cerca de 80% foram criadas entre 1998 e 2000. Tal fato está relacionado à exigência do banco, pois para a obtenção do financiamento era preciso ter personalidade jurídica (Tabela3).

Segundo informações colhidas junto aos pescadores, a maioria dessas associações não se reunia com frequência, só esporadicamente. Em geral, o controle da documentação, os procedimentos administrativos e burocráticos da associação ficam nas mãos do presidente da entidade, o que leva a observar que não existia um processo de organização social e política da categoria por parte dessas associações.

Tabela 3: Organizações, números de associados e data de fundação

NOME DA ASSOCIAÇÃO	NÚMERO DE ASSOCIADOS	ANO DE FUNDAÇÃO
Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Bonifácio - APESVIB	14	S/D
Associação dos Ruralistas e Pescadores da Vila Castelo	20	1989
Associação dos Pescadores Artesanais de Bragança	20	1998
Associação dos Pescadores Artesanais de Bacuriteua	20	1999
Associação dos Pescadores Artesanais do Bairro da Aldeia	S/I	1999
Associação Artesanal Pesqueira Bragantina	12	1998
Associação Artesanal Pesqueira Taperaçu-Porto	18	1998
Associação de Pescadores Artesanais da Vila do Treme	20	1998
Associação dos Pescadores Artesanais de Caratateua	14	2000
Cooperativa Mista de Pesca Caeté Ltda – COMPESCA	13	1990

Fonte: Nascimento (2006).

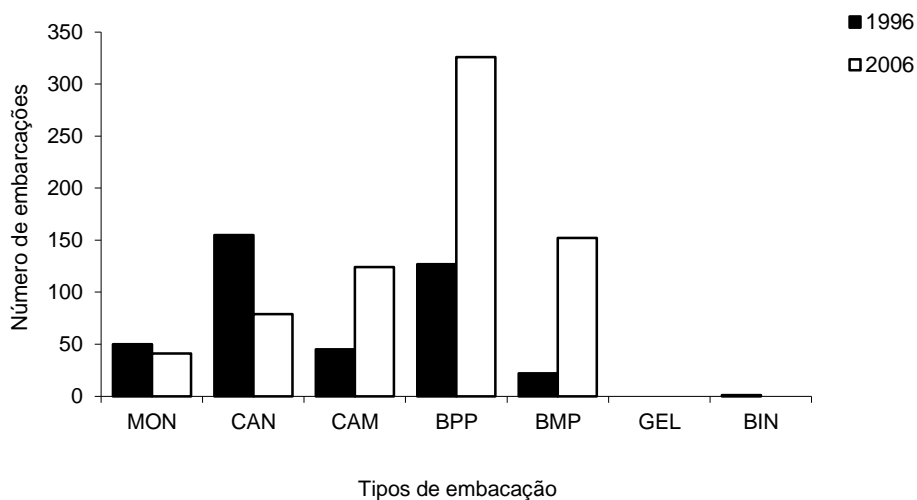
No início dos financiamentos, observou-se que aumentou a oportunidade de trabalho. Cada embarcação levava em média quatro pescadores, gerando cerca de 636 postos de trabalho. Houve uma melhoria na tecnologia empregada pela pesca artesanal. Os pescadores trocaram a canoa à vela por embarcações motorizadas e houve a aquisição de apetrechos de pesca com maior poder de captura. Em geral, com a melhoria no poder de captura, houve um aumento da produção por pescador e, conseqüentemente, de sua renda familiar. Isso pode ser observado nos depoimentos, em que alguns pescadores destacam a importância do crédito com melhora em sua atividade e em sua vida.

Entretanto, vale ressaltar que o índice de inadimplência chegou a 98%, e em 2000, o Banco da Amazônia suspendeu os financiamentos com recursos do FNO para esta categoria.

O aumento no número de embarcações correspondeu a um maior esforço de pesca. Segundo as estatísticas do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – CEPNOR/IBAMA (IBAMA, 2007), no período de 1996 a 2006, no município de Bragança houve um crescimento no número de embarcações de 400 para 722 unidades, cerca de 45%. Na figura 1, observa-se que houve uma

redução no número de embarcações como a montaria e canoa à vela, entre 1996 e 2000. Em contrapartida, houve o aumento expressivo no número de barcos de pequeno e médio porte. O barco de pequeno porte passou de 127 unidades, em 1996, para 326 unidades, em 2006.

Figura 1: Frota pesqueira cadastrada no município de Bragança, entre 1996 a 2006. MON: Montaria; CAN, Canoa a vela; CAM, Canoa motorizada; BPP, Barco de pequeno porte; BMP, Barco de médio porte; GEL, barco geleiro; BIN, Barco industrial.

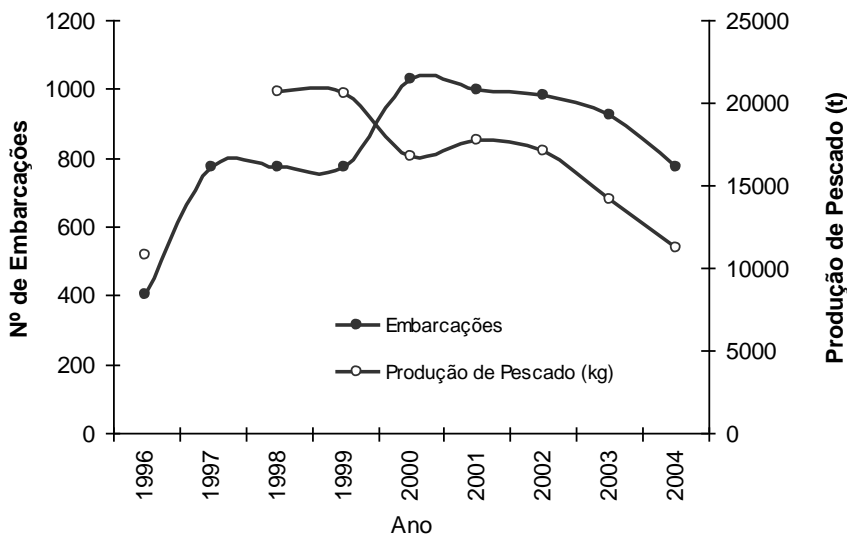


Fonte: (IBAMA, 2007).

Na figura 2, observou-se que a produção de pescado passou de 10 mil toneladas em 1996, para cerca de 20 mil toneladas em 1998 e 1999. Nesses dois últimos anos, a produção pesqueira foi duplicada. Porém, após esse aumento expressivo, a produção pesqueira demonstra uma queda anual. Em 2004, atingiu valores próximos ao ano de 1996, anterior ao financiamento.

No mesmo período, observou-se que o número de embarcações passou de 400 unidades em 1996 para 1.028 unidades, em 2000. Em 2004, o número de embarcações atuantes era de 770 unidades.

Figura 2: Produção pesqueira e número de embarcações, no período de 1996 a 2004, em Bragança



Fonte: (IBAMA, 2007)

Vale ressaltar que a produção de pescado apresentou uma tendência de crescimento em resposta ao aumento do esforço de pesca, número de embarcações, somente entre 1996 e 1999. Em 2000, quando o número de embarcações atingiu a quantidade máxima, a produção de pescado sofreu uma drástica redução. Em 2001, houve uma pequena recuperação. Após esse período, a tendência de queda da produção persistiu até que, em 2004, o volume de captura de pescado foi similar ao de 1996.

Inicialmente, quando o esforço de pesca passou de 400 para 773 embarcações, a produção atingiu cerca de 20.000 t. Porém, com o aumento do esforço para 1.028 embarcações, a produção caiu para 16.700 t. Em 2004, quando o esforço de pesca foi de 770 embarcações, a produção chegou a 11.200 t.

Outro elemento considerado diz respeito à diminuição da quantidade de peixes capturada e a distância dos pesqueiros. Segundo informações dos pescadores, no passado, conseguia-se obter uma grande quantidade de peixes, sem precisar ir muito longe. Hoje, é diferente, é preciso ir “onde a vista não alcança a terra” para se poder obter uma boa quantidade de peixes.

Essa correlação entre o aumento no número de embarcações, o aumento do esforço e a diminuição da produção pode ser ratificada pelos seguintes depoimentos:

Diminuindo é porque é, eu acho que é devido isso, é muita embarcação, porque naquele tempo tinha embarcação, mas não é como agora, você vê que cada tempo né, cada vez mais é fazendo barco, e então o peixe vai diminuindo também devido as embarcação, vai crescendo né? (Pescador D).

Tinha muito peixe (*há 40 anos atrás*), você butava uma serreira e dava o lance, ia butando a rede, ia afundando, acabava de butar tava cheinha. A pescaria era boa, tinha pouco barco no mar, mas agora com essa quantidade de barco! Esses barcos grande aí, vão pro Norte, esses barco de 20-30 toneladas, passa 30 dias, às vezes traz 5 mil quilos de peixe. Tem noite que eles botam, eles contam pra gente, num puxa nem para comer (Pescador N).

Discussão

A realidade da pesca artesanal e a lógica do financiamento

Ao estudar a política de financiamento do setor pesqueiro é preciso considerar os elementos delineadores desse processo. Isso quer dizer que se deve entender como se elabora um programa governamental de incentivo à produção, seja no setor pesqueiro, seja em qualquer outro setor. Ao se fazer uma análise das políticas governamentais brasileiras nas últimas décadas percebeu-se que, em geral, essas políticas seguiram o padrão de acumulação capitalista, priorizando determinado segmento em detrimento de outro.

Em relação aos recursos pesqueiros, esse processo não foi diferente. Os investimentos direcionados ao setor privilegiaram o segmento industrial em detrimento do artesanal. O financiamento destinado à implantação do polo pesqueiro no Estado do Pará privilegiou o setor industrial, ao criar condições econômicas, financeiras e tecnológicas para que esse setor pudesse ampliar a frota pesqueira, melhorar o maquinário, os instrumentos de produção e de beneficiamento do pescado (MELLO, 1985).

O referido autor destaca ainda que os programas de desenvolvimento regional pouco contribuíram para a melhoria de vida daquelas populações que têm na pesca sua principal atividade econômica. Pelo contrário, tais programas ocasionaram grandes impactos ambientais e conflitos sociais, tais como a expulsão de moradores próximos às barragens, o desmatamento da floresta nativa, o crescimento acelerado das cidades médias e grandes (MELLO, 1985).

Nessa perspectiva, pergunta-se qual o sentido de uma política de financiamento, em especial, quando está direcionada a pesca artesanal?

A sazonalidade da atividade pesqueira requer do pescador grande esforço, investimento que nem sempre se dispõe. As dificuldades - intempéries, hábitos alimentares e migratórios dos peixes, horários das marés, época de reprodução - condicionam a realização de seu trabalho. Além disso, a dependência financeira, a situação sócio-política coloca o pescador artesanal diante de situações limites que acabam, muitas vezes, condicionando a dinâmica de trabalho e a vida social, tais como os observado por Silveira (1979) e Maneschy (1995). No presente estudo, observou-se que a realidade do pescador, aliada à ausência de conhecimento sobre o sistema bancário e aos maiores esclarecimentos sobre a dinâmica de um financiamento se configurou como um elemento negativo ao processo.

Diversos autores têm enfatizado a importância desse segmento como categoria social (MANESCHY, 1995; MALDONADO, 1993; NIERDELE e GRISA, 2006; SANTOS, 2006), além de sua contribuição econômica significativa no processo de abastecimento do mercado interno (MELLO, 1994; FURTADO, 1997; LEITÃO, 1995) ou da própria relação com o ambiente em que vivem e do qual tiram seu sustento, isto é, pela forma como interagem com o mar.

No caso em estudo, as operações de crédito (81%), com recursos do FNO se concentraram em Bragança, devido à importância da atividade pesqueira nesse município. Porém, verificou-se um elevado índice de inadimplência (98%). Pergunta-se: o que levou os pescadores a esse nível de inadimplência? Tais aspectos estão relacionados a vários fatores que foram acontecendo no decorrer do financiamento concedido, dentre os quais se destacam os problemas de manutenção da embarcação e do motor, as dificuldades de relacionamento com o banco, a ausência de uma organização social e política e a diminuição da produção.

Ao se discutir uma política de financiamento, é preciso levar em consideração as especificidades que tal política requer, em virtude das particularidades da categoria em estudo (LEITÃO, 1995). Isso significa que é preciso compreender as peculiaridades do próprio pescador: baixo grau de escolaridade, dependência econômica do atravessador, ausência de participação nas decisões políticas, desconhecimento do sistema monetário financeiro, entre outros elementos.

No caso da escolaridade, observou-se que 92% dos pescadores pesquisados possuíam apenas o ensino fundamental (1ª a 4ª série). Em

estudo da SETEPS³ (2003) junto aos filiados das Colônias de Pescadores no Estado do Pará, foram observados índices de 78,9% de pescadores artesanais com escolaridade ao nível do ensino fundamental e 20,5% sem escolaridade. O que revela o baixo grau de escolaridade da categoria.

Nierdele e Grisa (2006) e Santos (2006), encontraram resultados semelhantes em pesquisas com pescadores da lagoa dos Patos (RS) e em duas comunidades ribeirinhas em Cuiabá, (MT), respectivamente. Arima (2000) confirmou que produtores com nível fundamental completo apresentaram cerca de 10% de probabilidade de satisfação com o financiamento, em relação aos que não tinham estudo.

Do ponto de vista de uma sociedade letrada, tal questão implica dificuldades de relacionamento com a mesma quanto à exigência do conhecimento letrado, principalmente, quando se trata de questões financeiras. Nesses casos, os processos se tornam mais complexos em virtude da linguagem bancária ser de difícil compreensão para quem não tem letramento⁴. Souza (2006), ao analisar os níveis de alfabetismo e as atitudes dos sujeitos, observou que:

Os níveis de letramento (ou alfabetismo) dos clientes influencia nas atitudes dos mesmos em relação ao ambiente bancário, sendo este um fator que lhes favorece ou dificulta uma interação autônoma com este ambiente, influenciando sua capacidade de auto-atendimento, de controle e planejamento de sua movimentação bancária e decisão, com o máximo de discernimento, pela aquisição de novos produtos e serviços oferecidos pelo banco (SOUZA, 2006).

A renda obtida pelo pescador artesanal não se configura como suficiente para sustentar uma família grande com mais de cinco pessoas. É interessante destacar dois estudos locais, nos quais se percebe a busca de outras fontes de renda, para ajudar no orçamento doméstico. Gomes (2004), em estudo na Vila dos Pescadores e na Vila do Bonifácio, observou que os moradores complementam sua renda por meio da venda de produtos e serviços aos veranistas, no mês de

³ Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social.

⁴ Letramento é o resultado da ação de ensinar a ler e a escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (SOARES, 2004).

julho. Costa (2007), em estudo sobre a dinâmica de jovens estudantes pescadores na Vila do Bonifácio, observou que a maioria das famílias recebe uma ajuda financeira por meio do programa do governo federal, o *Bolsa Família*.

Tais questões remetem à própria situação do pescador, que em virtude de sua atividade ser muito rotativa, dependente das condições climáticas, oscilações de maré, e mesmo das condições mínimas para sair para o mar, rancho, combustível, gelo, apetrechos de pesca, não possui uma renda fixa mensal. Desse modo, tem dificuldades de planejar as receitas e as despesas, de formar um orçamento equilibrado. Todas essas condições contribuem para a falta de capitalização do pescador artesanal a ponto de precisar do atravessador⁵, por exemplo, salvo raras exceções.

A dependência dos pescadores para com os atravessadores, que financiam as viagens de pesca em troca de fidelidade na venda dos produtos, e a falta de meios de transporte próprios para comercializarem diretamente os produtos da pesca e tornarem mais eficientes o fluxo da comercialização, podem ser considerados como os principais entraves a acumulação de capital (ISAAC, 2006).

No que se refere ao relacionamento entre o beneficiário e o banco, percebeu-se visões distintas do processo. Para o banco, o pescador se configura em beneficiário (cliente) como qualquer outro, que tem obrigações financeiras a cumprir. Em caso de inadimplência, o beneficiário terá o seu nome colocado na lista do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), SERASA ou na lista dos devedores ativos da união, já que os recursos do FNO são oriundos do Orçamento Geral da União. Na visão do pescador, a instituição bancária não o auxiliou quando era necessário. Não existia uma relação de confiança entre a instituição e o pescador e *vice-versa*.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade dos pescadores artesanais estabelecerem, como categoria organizada, outra relação, mais propositiva e menos reivindicativa junto ao agente financiador. Deve-se considerar que o FNO, enquanto fundo de financiamento e de desenvolvimento, é fruto das lutas de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida (TURA, 2000; SOUSA, 2002).

⁵ Atravessador: indivíduo capitalizado que financia o pescador antes de sua saída para o mar ou compra a produção desse, a um preço definido pelo mesmo.

No estudo em questão, embora a maioria dos entrevistados fosse filiado à Colônia, tiveram de constituir organizações jurídicas (associações, cooperativas). Tal fato não conduziu a uma maior organização da categoria, isto é, o fortalecimento da classe no sentido de enfrentar o poder econômico e o poder político local, discutindo e propondo melhorias para a categoria. Embora tenha havido uma manifestação pública realizada em frente à agência local do Banco da Amazônia (O liberal, 10/11/2004), a fim de sensibilizá-lo para retomar as negociações da dívida.

Diferentemente do que aconteceu aos agricultores da região tocantina, onde “a adesão dos camponeses à luta pelo crédito bancário representou uma decisão autônoma da própria categoria, que a partir desse momento passou a tomar decisões nas instâncias representativas dos próprios camponeses” (SOUSA, 2002). Essa autonomia se contrapunha ao passado, no qual a relação com o crédito, até a década de 60, se dava por meio do comerciante (lógica do aviamento) e, posteriormente, década de 80, por meio da Igreja Católica.

Nesse tipo de política, deve-se considerar a realidade social do beneficiado, seus limites e possibilidades. No financiamento do FNO para a pesca artesanal no município de Bragança, tal realidade não foi considerada. A concepção do financiamento foi conduzida de *cima para baixo*. Nesse aspecto não se considerou o real potencial pesqueiro da região, a pouca familiaridade do pescador com o crédito, a relação com os padrões (atravessador), a ausência de organização social e política da categoria, que se acredita são fatores importantes num processo como esse.

Esses elementos demonstram a necessidade de se repensar as políticas direcionadas à pesca artesanal, pois essa é uma atividade econômica de grande importância regional e nacional que abastece de pescado um mercado consumidor cada vez mais exigente. Há necessidade de garantir a reprodução social da categoria, bem como garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, pois como se observou neste estudo, a produção pesqueira vem diminuindo gradativamente.

Isaac (2006) aponta que o esforço de pesca na região amazônica vem aumentando e, conseqüentemente, afetando os estoques das espécies comerciais, como camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*), pargo (*Lutjanus purpureus*), gurijuba (*Aniussparkerü*), pescada-gó (*Macrodonancylodon*) e bandeirado (*Bagre bagre*). Silva (2004) ressalta a diminuição do tamanho e da quantidade capturada de pescada amarela (*Cynoscionacoupa*), espécie intensamente explorada na região.

No caso da piramutaba (*Brachyplatystomavallantii*), a redução dos estoques já vem acontecendo desde a década de 90, quando a produção começou a apresentar tendência de queda, devido à intensa exploração da espécie (ISAAC, 1999). Isaac (2005) registrou, entre 1997 e 2001, uma tendência de declínio na produção da peçada-gó, gurijuba, bonito e caranguejo, no município de Augusto Correa.

Santos e Santos (2005) advertem que a formulação de uma política ambiental que garanta a sustentabilidade dos recursos pesqueiros tem que levar em consideração as atividades impactantes como mineração, construção de barragens e estradas e a degradação dos rios. Nesse cenário, percebe-se a necessidade do ordenamento adequado dos recursos pesqueiros. Mérona (1995) ressalta a necessidade do manejo em virtude da intensa exploração e do potencial ainda desconhecido de espécies. Para o autor, tal procedimento poderia contribuir com o desenvolvimento econômico da região amazônica.

Essas questões, longe de ser um problema localizado ou regional, são mais abrangentes e estão relacionadas ao aumento da demanda em virtude do crescimento demográfico, ao aumento do esforço de pesca e, também, aos incentivos governamentais. Em geral, esses incentivos beneficiaram o setor industrial em detrimento do artesanal, criando conflitos ou ampliando os já existentes entre os pescadores que fazem do mar, seu espaço de sobrevivência.

Considerações finais

Qual a lógica do financiamento? “*Garantir eficácia, aumentar a produtividade, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda*”, conforme diz o plano de aplicação do FNO? Considerando o montante investido nas operações de crédito realizadas (cerca de 3 milhões) e o retorno almejado (financeiro ou social), percebe-se no estudo em questão que esse retorno ficou aquém do esperado. Posto que, a maioria dos pescadores deixou de pagar, tornando-se inadimplente perante o Banco da Amazônia e impossibilitada de obter crédito na rede bancária, enquanto for devedor da União, além de continuarem dependentes da figura do atravessador.

Dessa forma, o referido financiamento teve limitações que levaram ao seu insucesso, considerando os objetivos e as metas do FNO, como Fundo de Desenvolvimento Regional. Entende-se que o financiamento deve ser um elemento dinamizador da economia local e regional, tendo o Estado como o agente responsável pela fomentação,

distribuição e mediação dos recursos, no âmbito de uma política pública.

Apesar dos aspectos negativos, observa-se a necessidade de programas governamentais direcionados à pesca artesanal. Para tanto, é imprescindível que os mesmos sejam amplamente discutidos com a categoria, levando em consideração as peculiaridades, as limitações, bem como a realidade atual dos recursos pesqueiros. Considera-se que a execução de uma política pública implica a utilização de recursos públicos e, como tal, deve priorizar um desenvolvimento que garanta sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Diante disso, na formulação de outros financiamentos dirigidos aos pescadores artesanais, sugere-se:

- A garantia aos beneficiários de cursos formativos sobre o funcionamento do sistema bancário e do crédito. Ressalta-se aqui a importância das associações como instrumentos de participação cidadã na construção de políticas públicas;

- A realização de estudos de impactos ambientais sobre o potencial pesqueiro, as principais áreas de atuação da pesca, principais espécies-alvo, viabilizando, inclusive, um possível rodízio no uso dessas áreas;

- A garantia do diálogo entre o agente financiador e o beneficiário, avaliando cada situação e verificando a melhor solução para obtenção do financiamento ou para a negociação da dívida, em caso de inadimplência.

Essas e outras considerações não devem ser abordadas isoladamente ou por um único órgão, como visto no estudo o financiamento, envolve várias instituições, fazendo-se necessário, portanto, trabalhar na perspectiva de se construir parcerias para que o objetivo principal seja atingido: promover a inclusão e o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentáveis, garantindo, assim, qualidade de vida a esta e às futuras gerações.

Referências

ARIMA, E. A distribuição espacial do crédito do FNO no estado do Pará. IN: TURA, L. (Org) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília jurídica, 2000.

BRAGA, C. **A atividade pesqueira de larga escala nos portos de desembarque do rio Caeté, Bragança, PA**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança, 2002.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Fundo Constitucional do Norte**. Plano de aplicação dos recursos para 2005 a 2007. Disponível em www.ministeriodaintegracao.gov.br Acesso em 19.mai.2006.

COSTA, N. **Participação juvenil na pesca artesanal na Vila do Bonifácio**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança, 2007.

ESPÍRITO SANTO, R. V. do. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté, Bragança-Pará-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). Campus Universitário de Bragança, Bragança, 2002.

FURTADO, L. **Ocupação humana no litoral amazônico**. Belém: [s.n],1997.

GOMES, I. A. **Turismo, ambiente e vida: estudo na ilha de Ajuruteua, Bragança, Pará**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança, 2004.

IBAMA. **Estatística pesqueira**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em 27.Jun. 2007.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro. 2001.

ISAAC, V. **Rejeição de pescado nas pescarias da região norte do Brasil**. Arq. Cien. Mar. No. 32, Fortaleza, 1999.

ISAAC, V. (Org.) **A atividade pesqueira no município de Augusto Correa.PA**. UFPA: Belém, 2005.

ISAAC, V **Diagnóstico da pesca no litoral do Estado do Pará**. IN: ISAAC, V; HAIMOVICI, M.; MARTINS, S.A.; ANDRIGUETTO, J.M. (Org). (org). **A pesca marítima e estuarina do Brasil no início do século XXI: Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**, Belém: UFPA, 2006.

LEITÃO, W. Pesca e Políticas Públicas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia**. Belém; v. 11, nº 2. 1995.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1993.

MANESCHY, M. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA/NAEA. 1995.

MELLO, A. **A pesca sob o capital**. A tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA/CFCH, 1985.

MELLO, A. Capitalismo e empobrecimento na Amazônia: a contra face da modernização. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 473-489. (Coleção Eduardo Galvão).

MÉRONA, B. **Ecologia da pesca e manejo pesqueiro na Amazônia**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, v. 11. No. 2, Belém, 1995.

NASCIMENTO, J. et al. **Relatório do Comitê Gestor da Pesca e Aquicultura da Região Bragantina**. [S.l.: S. n.], 2006.

NIERDELE P; GRISA, C. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, RS. FURG. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 16, jan. 2006.

O LIBERAL. **Pesca artesanal em má fase**. Painel economia. Belém, 10. Nov. 2004.

PARÁ. Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. **A Pesca Artesanal no Estado do Pará: perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias de pescadores**. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

SANTOS, G.M.; SANTOS, A. M. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Revista estudos Avançados, v. 19, no. 54, São Paulo, 2005.

SANTOS, L. **Dinâmica da pesca artesanal em duas comunidades ribeirinhas tradicionais do rio Cuiabá, MT: uma abordagem ecológica**. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas), Cuiabá, 2006.

SILVA, B. **Diagnóstico da pesca no litoral paraense**. Programa de Pós-graduação em Zoologia. Museu Paraense Emilio Goeldi. Universidade Federal do Pará. Belém; 2004.

SILVEIRA, I. **Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série antropologia, v. 11. no. 2. Belém, 1979.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUSA, R. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém:NAEA, 2002.

SOUZA, A. **Desafios educacionais do ambiente bancário**: o banco enquanto espaço específico de uso social da linguagem escrita. Trabalho de Conclusão de Curso. Bragança: UFPA, 2006.

TURA, L. COSTA. F. (Org.) **Campesinato e estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará, Brasília: Brasília jurídica, 2000.